

Para Brossard, o plenário não é lugar para imprensa

PORTO ALEGRE AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, respondeu ontem, ironicamente, às críticas feitas à anunciada proibição (depois superada) do acesso de jornalistas ao plenário durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte. "É uma tonteira sujeitar a liberdade de imprensa a andarem jornalistas pelo plenário da Assembléia, a resfolegarem nas cadeiras alheias", disse o ministro.

Em artigo publicado no jornal gaúcho Zero Hora, Brossard alegou que "em nenhum Parlamento do mundo os jornalistas têm acesso ao plenário", exercendo sua atividade em lugares especialmente reservados. Desses locais, acrescentou, os jornalistas "podem ver, apreciar e testemunhar tudo quanto se passa em plenário, no exercício da liberdade de informar". O ministro não citou nominalmente os críticos que contestava, frisando genericamente que as opiniões deles contêm "surpreendentes originalidades". Entre os opositores à proibição de acesso dos jornalistas ao plenário da Constituinte estão juristas como Miguel Reale Júnior e Antônio Evaristo de Moraes Filho. Também integrante do grupo, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, chegou a dizer que a própria legitimidade da Constituinte estará ameaçada se forem impostas barreiras ao livre trabalho da imprensa.

Em sua tese de que a liberdade de imprensa não tem relação com a circulação de jornalistas no plenário da Constituinte, Paulo Brossard ressaltou que "também é assim nos tribunais". E explicou: "A liberdade de imprensa não autoriza a ninguém, mesmo jornalista, a transpor os cancelos e ouvir um juiz, em meio à sessão, a propósito deste ou daquele assunto, ou simplesmente para ouvir melhor a nota de um magistrado".

Mais adiante, Brossard reiterou: "Neste momento de renovação e de inusitado interesse pelo que a Assembléia Nacional Constituinte vai fazer, incomparável é o serviço reservado à imprensa, ao rádio e à televisão. Mas, para tanto, não é preciso associar a liberdade de imprensa com misturarem-se jornalistas aos parlamentares no lugar que é deles".

Brossard aproveitou para reclamar que, nos últimos anos, "desapareceu por inteiro" o noticiário das atividades parlamentares nos jornais: "Abre-se um jornal e não se sabe se o Senado realizou sessão ou se a Câmara deixou de fazê-lo. Eles têm seções especiais para tudo; nada porém para as atividades parlamentares". Na opinião do ministro da Justiça, os políticos brasileiros são injustiçados quando apresentam um trabalho mais aprofundado "e o País não fica a saber o que eles falaram na sessão da véspera". Mas, "se o parlamentar cometer uma rata, praticar uma incorreção ou incidir em falta mais grave, ele ganha manchete e com retrato...".